

Sindppd/RS denuncia privatização de serviços da Procempa na Câmara

Diretora do Sindppd/RS, Vera Guasso, buscou ajuda dos vereadores da Capital para defender a empresa pública de TI contra o desmonte já iniciado pelo prefeito Nelson Marchezan Jr.

No final da matéria, veja as matérias que repercutiram os assuntos no site da Câmara de Vereadores e no jornal Correio do Povo.

O Sindppd/RS e os trabalhadores da **PROCEMPA** (empresa de TI do município de Porto Alegre) utilizaram, na segunda-feira (22/04), o espaço da Tribunal Popular na Câmara de Vereadores da Capital para alertar sobre a situação bastante crítica enfrentada pela empresa. Cerca de 20 colegas da **PROCEMPA**, entre eles integrantes da CT (Comissão de Trabalhadores), estiveram presentes no plenário para acompanhar a denúncia e suas repercussões.

A diretora do sindicato, Vera Guasso, teve 10 minutos para fazer a denúncia. Ela relatou que está sendo implementado, pela direção da empresa e pela gestão do prefeito Nelson Marchezan Jr., um processo de **PRIVATIZAÇÃO** de serviços importantes que hoje são prestados pela empresa: os sistema para o DMAE e a contratação da Fábrica Externa de Software.

Vera ressaltou que a **PROCEMPA** presta serviço ao DMAE há 40 anos, o qual responde em torno por 10% do faturamento da empresa municipal de TI. É um serviço especializado, desenvolvido e mantido por funcionários com qualidade técnica,

sem interrupção e com custo abaixo dos preços de mercado.

Ela comparou a possibilidade de quebra de contrato com o DMAE com o antigo e desgastante caso da terceirização do SIAT, sistema fundamental de arrecadação da Secretaria Municipal da Fazenda. Com o discurso de pressa e redução de custos para a prefeitura, o SIAT foi terceirizado há 12 anos atrás. Após muitos problemas e erros, a **PROCEMPA** reassumiu o SIAT e, em 2018, trouxe o conjunto dos sistema de volta para a empresa. Mas esta situação criou, entre 2011 e 2014, uma grande instabilidade no sistema, e foi contabilizado, pela própria prefeitura, um prejuízo de R\$ 160 milhões aos cofres por conta do não envio dos carnês do IPTU e outras demandas não cobradas pela prefeitura. “Assim como não tinha empresa de TI no mercado em condições de manter o SIAT da forma que a prefeitura de Porto Alegre necessita, possivelmente não terá para o novo sistema que o DMAE precisa, o ACQUA”, argumentou a diretora do Sindppd/RS. “A **PROCEMPA** presta serviço com preço 40% mais barato do que as empresas privadas, segundo um levantamento feito pela empresa em 2016, já neste governo. Dificilmente, alguma empresa do mercado cumpriria os contratos nessas condições”, sustentou.

Vera Guasso também denunciou que a Gestão Marchezan Jr. está prevendo uma licitação para contratar uma fábrica externa de software. O contrato seria de 125 mil horas técnicas por ano, 15 mil horas a mais das 110 mil horas técnicas anuais que a prefeitura municipal paga à **PROCEMPA** pelos serviços prestados. Diante disso a gestão Marchezan Jr e a direção da empresa pretendem praticamente esvaziar a empresa municipal de TI, correndo ainda o risco de ter que pagar a fábrica externa sem a devida prestação dos serviços devido à enorme quantidade de demanda que estas 125 mil horas irão acarretar.





Acima, à esquerda, foto da Câmara de Vereadores. As restantes são do Sindppd/RS

ESVAZIAMENTO DA PROCEMPA: UM PERIGO CONCRETO

Após a exposição do Sindppd/RS, vereadores utilizaram-se da Tribuna Popular para se manifestar e, em sua maioria, defenderam a manutenção da **PROCEMPA** pública e exaltaram seus serviços prestados, destacando os mais de 1 mil km de infovia que cobrem a Capital. Entre eles, falaram Adeli Sell e Engenheiro Comassetto (PT); Roberto Robaina e Karen Santos (PSOL) e Airto Ferronato (PSB).

A manifestação destoante foi a do vereador Valter Nagelstein (MDB) que, representando todo o seu partido na Câmara, o MDB, defendeu publicamente a privatização da **PROCEMPA**. Para ele, o Estado precisa se deter em áreas prioritárias, entre as quais não está a TI. Os colegas presentes no plenário vaiaram o vereador.

Se antes o debate da privatização estava velado, colega da **PROCEMPA**, agora ele ganha corpo como uma possibilidade real. As medidas do prefeito Nelson Marchezan Jr., com o aval da

gestão da **PROCEMPA**, têm sido no sentido de desmontar a empresa.

*Temos que nos manter **MOBILIZADOS** e em **MOVIMENTO**, colegas da **PROCEMPA**. Para isso, a **LUTA** é fundamental. Estejam com a CT e o **Sindppd/RS**!*

Matérias sobre o pronunciamento do Sindppd/RS:

Site da Câmara de Vereadores: [Sindppd pede apoio da Câmara sobre contratos com a Procempa](#)

Jornal Correio do Povo (23/04/19):

PROCEMPA

Sindicalistas criticam mudança nos serviços

GUILHERME ALMEIDA

Contratação de uma fábrica de software é questionada pelos sindicalistas. Prefeito diz que é 'econômico'

A licitação por parte da Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre (Procempa) para contratação de uma fábrica de software está sendo questionada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados no Estado do RS (Sindppd/RS). Para os sindicalistas, a licitação faz parte de um processo de desmonte da Procempa e, no entendimento deles, o processo deve enfraquecer os trabalhos da Companhia. Para questionar o processo, o Sindppd/RS acionou o Ministério Público de Contas (MPC).

O processo de licitação foi oficializado no dia 17 de fevereiro no Diário Oficial de Porto Alegre. De acordo com o texto, as empresas interessadas em concorrer deveriam apresentar as propostas a partir do dia 17 de abril. Em texto divulgado no site da prefeitura, o prefeito Nelson Marchezan Júnior ressalta vantagens econômicas aos cofres públicos. "É uma alternativa moderna de desenvolver sistemas. Traz mais agilidade, eficiência e economia para a empresa públi-



Vera Guasso (D) participou da Tribuna Popular da Câmara e buscou apoio

ca", diz ele. A economia com a licitação é um dos pontos questionados pelo Sindppd/RS. De acordo com a secretária-geral do Sindicato, Vera Guasso, o custo da contratação será maior do que o fornecido pela Procempa. "A Procempa quer fazer um contrato externo, com uma empresa privada, para suprir uma carência em três anos, que na prática é quase o contrato de um ano da Procempa", afirma.

O Sindicato afirma que a empresa seria contratada para prestar 125 mil horas técnicas em um período de três anos, enquanto a Procempa prestaria 114 mil horas anuais. "A Procempa custa ao município 40% a menos do que se a prefeitura fosse licitar para fazer", garante.

O Sindppd/RS se mostrou insatisfeito ainda com a possibilidade de fim do contrato entre Procempa e Dmae. Segundo Vera, o contrato representa 10% do faturamento da Companhia. Para angariar apoios, o Sindppd/RS esteve na Câmara de Vereadores ontem. Ao ocupar a Tribuna Popular da Casa, Vera buscou conquistar apoiadores.

Em nota, a Procempa afirma que a contratação da empresa é uma necessidade "para ampliar a capacidade de desenvolvimento e atender à crescente demanda por novos sistemas e serviços." Sobre o contrato com o Dmae, a Procempa informa que não "há redução dos serviços prestados" e garante que serão mantidos da mesma maneira.

Sindppd/RS